

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembléia Legislativa
 14 DEZ 2011
 Protocolo 030/11
 Processo 030/11

Reg. de Aut. e
 Incl. na em. p. 114
 14 DEZ 2011
 1º Secretário

PROPOSTA DE EMENDA
 CONSTITUCIONAL

Nº 030/11

AUTORES: COLETIVA

ALTERA OS §§ 1º e 2º DO ART. 252 E
 ACRESCENTA O § 10 AO ART. 104 DA
 CONSTITUIÇÃO DO ESTADO.

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia promulga a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º - Os §§ 1º e 2º do art. 252 da Constituição do Estado de Rondônia passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 252.

§ 1º. Os Advogados da Assembléia Legislativa oficialarão nos atos e procedimentos administrativos no que pertine ao controle interno da legalidade dos atos do Poder Legislativo, bem como promoverão a defesa dos interesses legítimos do Parlamento Estadual, incluídos os de natureza financeiro-orçamentária.

§ 2º. O Advogado-Geral da Assembléia Legislativa, Chefe da Advocacia-Geral, será nomeado pelo Presidente do Poder dentre os integrantes da Advocacia-Geral da Assembléia Legislativa.

Art. 2º - O art. 104 da Constituição do Estado de Rondônia passa a vigorar com o seguinte § 10:
 “Art. 104.

§ 10 - No processo judicial que versar sobre ato praticado pelo Poder Legislativo ou por sua administração, a representação do Estado incumbe à Advocacia-Geral da Assembléia Legislativa, na forma do 252

Art. 3º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

MAIORE E MINOR
 Rua Major Antônio
 Barros, 990
 78.900-201

Deputado Estadual/PR

JEAN OLIVEIRA
 DEPUTADO ESTADUAL

Luizinho Gabriel
 Deputado Estadual

José Hermínio Cavali
 Presidente em Exercício
 ASERO

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO

PROPOSTA DE EMENDA
CONSTITUCIONAL

Nº _____

AUTORES: COLETIVA

JUSTIFICATIVA

A Advocacia-Geral da Assembléia Legislativa é órgão essencial à autonomia do Poder Legislativo no que pertine à sua representação judicial posto que os Poderes do Estado não detém personalidade jurídica. Os três Poderes integram o ente Estado, que é a pessoa jurídica de direito público interno. Somente Estado pode estar em juízo.

É certo que o Poder Judiciário tem admitido a personalidade judiciária das Mesas dos Poderes Legislativos para defesa de suas prerrogativas, sendo declarado constitucional o art. 252 da Constituição Estadual na ADI 94, pelo Supremo Tribunal Federal. Entretanto, quando se trata de ato do Poder Legislativo, a demanda judicial cabe ao Estado, tanto no pólo ativo como no passivo. E nesse caso, a defesa é feita pela Procuradoria-Geral do Estado.

Para dirimir esse problema, alguns Estados têm inserido em suas constituições a competência da Procuradoria do Poder Legislativo para representar o Estado. É o caso, por exemplo, da Constituição do Estado de Minas Gerais, que inseriu em seu texto um parágrafo no artigo que trata da Advocacia-Geral do Estado, a atribuição de competência à Procuradoria-Geral da Assembléia Legislativa para representar o Estado em juízo em atos do Poder Legislativo.

Assim, para que se restabeleça a autonomia do Poder Legislativo no âmbito judicial, pedimos aos nobres pares a aprovação desta Emenda.

MAURO DE CARVALHO

Rua Major Amaranthes, 390
Bairro Arigolândia
78.900-901

JEAN OLIVEIRA
DEPUTADO ESTADUAL

José Hermínio Capin
Presidente em Exercício
ALEIRO

Flávio Lemos
Deputado Estadual PR

Emílio Góes
Deputado Estadual PR